

HISTÓRIA DOS POVOS REASSENTADOS DA COMUNIDADE MUNDO NOVO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

HISTORY OF THE RESETTED PEOPLE OF THE MUNDO NEW MIRACEMA DO TOCANTINS COMMUNITY

Seila Sousa dos Santos Ferreira 1
Madalena Varzinha Ferreira Melo Costa 2
Vanda Elizate Vieira da Costa 3
Valdenir Castro Bezerra 4
Rita de Cássia Coronheira Silva 5

1 Graduada em Pedagogia com habilitação em Supervisão e Docência das Séries Iniciais e Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora Efetiva da Educação Básica - Rede Municipal. Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5434911147197448>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1858-924X>. E-mail: seilaferreira.sousa@gmail.com

2 Graduada em Normal Superior. Pós-graduada em Gestão e Metodologia de Ensino de Linguagem, Arte e Educação Física, pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), e em Gestão Municipal pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7709093007180908>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0443-9550>. E-mail: madalenamc@yahoo.com.br

3 Graduada em Pedagogia, Pós-graduada em Orientação Educacional e Libras e Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora da Rede Estadual do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/373068339303217>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4348-7982>. E-mail: vandaelizete@hotmail.com

4 Mestranda em Educação (PPPGE/UFT). Especialista em Educação Infantil (UFT). Especialista em Supervisão e Orientação Educacional pelo ITOP. Graduada em Pedagogia (Unitins). Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Miracema do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2445219488489549>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4767-6572>. E-mail: valdenircastro@hotmail.com

5 Graduada em Pedagogia, Especialização Lato Sensu em Orientação Educacional pelo Centro de Universitário (UNIRG), Especialização em Educação Infantil pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora da Educação Básica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0986138824339608>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9229-1567>. E-mail: silvacoronheira@gmail.com

Resumo: Este artigo descreve o processo da reconstrução de territórios vivenciado pelos reassentados da Usina Luís Eduardo Magalhães – TO, que hoje vivem no Reassentamento Mundo Novo, município de Miracema do Tocantins, identificando possíveis implicações e modificações ocorridas no cotidiano dos moradores após a migração para outra região. Para atender os objetivos da pesquisa foi realizado um estudo bibliográfico e documental, tomando como referência, autores que discutem essa temática, escolhida pela contribuição histórica que ela traz, na área da educação e também com importantes premissas da atualidade, tais como: economia, meio ambiente, tendo em vista que é a partir da história que inicia-se a construção da identidade do homem, a percepção e o posicionamento dos assentados, dentro dos processos sociais e entre situações ocorridas em diferentes espaços, que os levam a posição de sujeito histórico.

Palavras-chave: Educação. História Local. Identidade. Reassentamento.

Abstract: This article describes the process of territory reconstruction experienced by the resettlers of the Luís Eduardo Magalhães - TO Plant, who now live in the Mundo Novo Resettlement, Miracema do Tocantins municipality, identifying possible implications and changes that occurred in the daily lives of residents after migrating to another region. To meet the research objectives, a bibliographical and documentary study was carried out, taking as a reference, authors who discuss this theme, chosen for the historical contribution it brings, in the area of education and also with important current premises, such as: economy, environment, considering that it is from history that the construction of the identity of man begins, the perception and positioning of the settlers, within the social processes and between situations occurring in different spaces, which lead them to the position of historical subject.

Keywords: Education. Local History. Identity. Resettlement.

Introdução

No Brasil, a escolha do modelo de ampliação no desenvolvimento econômico infligiu em diversas mudanças no uso da terra. Diante dessas alterações dois tipos de grandes iniciativas são as mais praticadas: que são elas usinas hidrelétricas e rodovias. Neste primeiro tipo de caso, um modelo é o uso da bacia hidrográfica Araguaia - Tocantins, que talha o Bioma do Cerrado e o Amazônico no sentido sul-norte, saindo da região central do país.

Quanto ao ordenamento territorial e o uso da terra, muito vem a afetar o meio ambiente e as relações sociais, por conseguinte elas intervêm diretamente na capacidade da natureza de proporcionar serviços ambientais para as gerações atuais e futuras.

O Rio Tocantins abriga sete grandes hidrelétricas, sendo que quatro delas estão no território do Estado do Tocantins, e seus afluentes abrigam pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Em 2013, a Bacia Araguaia – Tocantins já possuía 12.991,65 MW instalados (ONS, 2013). Dentre as sete usinas existentes na calha do Rio Tocantins, a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), construída na divisa dos municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado, finalizada em 2001, foi à primeira usina privada de grande porte construída no Brasil.

As reflexões apresentadas neste trabalho se justifica pela necessidade de se entender e prevenir os efeitos que vem sendo provocado em razão das escolhas humanas de tanto buscar o desenvolvimento econômico e utilizar estes conhecimentos de modo que as determinações que afetam o uso da terra e os recursos naturais aprimorem nossa condição de vida ao mesmo tempo em que conservam nosso patrimônio natural.

No primeiro momento, analisamos a construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães, discorrendo, nesse contexto, sobre a escolha do modelo de ampliação no desenvolvimento econômico que a mesma infligiu em diversas alterações no uso da terra. Diante disso, dois tipos de grandes iniciativas são as mais praticadas: que são elas usinas hidrelétricas e rodovias. Neste primeiro tipo de caso, um modelo é o uso da Bacia Hidrográfica Araguaia - Tocantins, que talha o bioma do Cerrado e o Amazônico no sentido sul-norte, saindo da região central do país.

Posteriormente, discorre-se um breve histórico do Reassentamento Novo Mundo e, nesse sentido, as reminiscências da Escola Campo Verde, verificando que o ordenamento territorial e o uso da terra muito vem a afetar o meio ambiente e as relações sociais, por conseguinte elas intervêm diretamente na capacidade da natureza de proporcionar serviços ambientais para as gerações atuais e futuras. Por fim, discredita-se sobre o desempenho dos alunos e das políticas públicas no contexto da educação trazendo discussões para a superação dos conflitos e para o atendimento do homem do campo.

No entanto, o desenvolvimento local é um tema muito controverso e pouco estudado no Brasil e mesmo internacionalmente (MARTINS; CALDAS, 2009). Se tratando do Brasil, quando passou a fazer parte de um programa do governo Fernando Henrique Cardoso chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) houve desacordo entre fluxos de pensamento e as implicações do programa, havendo disparidade e alternando localidades de sucesso com lugares em que os efeitos deixaram a desejar (SANTOS 2002). Até o recorte territorial para o acréscimo local pode ser questionável.

Mesmo assim, tende a ser definidos desde um aglomerado humano de pequeno porte, a comunidade ou município, podendo ser também ecossistemas ou mesmo bacias hidrográficas. Pode variar de acordo com a situação social, política e ambiental do território (BUARQUE, 2002). Os diversos conceitos do termo desenvolvimento também são refletido na expressão desenvolvimento local, que foi interpretado como o paradigma mais recente, na ceara desenvolvimentista, aparecendo mais fortemente no Brasil no final da década de 1990 (VEIGA, 2002) (TORRE, 2003) (PIRES, MÜLLER et al., 2006).

Contudo, é importante registrar que as relações sociais, sob dominação capitalista, destroem as possibilidades democráticas e civilizatórias do urbano, e, por outro lado, revelam seus limites e as novas possibilidades do pensamento e da ação (CARDOSO, 2010). Em vista disso, o direito à cidade só poderá ser alcançado quando houver superação da ordem capitalista. Para tanto, é necessária a superação da propriedade privada, da divisão do trabalho e das políticas, ou seja, de todas as formas de alienação humana (MARX, 1989).

Por isso, a importância da relação entre “conhecimento teórico e realidade empírica do

universo urbano, social e institucional”, para que se redefinam técnicas, programas e instrumentos que possam constituir uma ação de resistência, pois, “o conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a ação” (MARICATO, 2002, p. 173-186).

O Estado do Tocantins passou por enormes mudanças, desde a Constituição Federal de 1988. Diante disso, se destacou a construção de Usinas Hidrelétricas em todo o Estado. E com essas construções surgem um impacto muito grande tanto na natureza quanto na vida de muitas pessoas. Neste sentido, o Estado se apoiou em discurso que sugeria superar o atraso secular de uma região, convém ainda lembrar que essa preleção remonta ao tempo colonial e aos primários movimentos diversionistas do Estado de Goiás, no século XIX.

Hoje, o Tocantins é reentrante em quase todos os estudos que se acerca a sobre a Criação do Estado, uma vez que foram as várias explicações de atraso e de abandono da região que relevaram a ideia de divisão do Estado de Goiás. Essa divisão era uma forma de então diminuir as diversidades regionais brasileiras.

O debate sobre capital social ficou efervescente como uma premissa fundamental para se alcançar o desenvolvimento local. No entanto, está longe de haver consenso quanto ao seu conceito. Robinson (2002) defende que capital social está alicerçado no conjunto de recursos a que um indivíduo ou um grupo tem acesso em função do fato de pertencer a uma rede de relações proveitosa para o conjunto dos envolvidos (ROBINSON, 2002).

Foi com esse discurso de superação de atraso que se principiou à edificação da Usina Luís Eduardo Magalhães, hoje conhecida como Usina de Lajeado. Com a construção desses empreendimentos fez com que a população ficasse de certa forma inteiramente impactada com a desarticulação das formas de recursos naturais e olhos-d’água, comprometendo a agricultura e alterando a pesca habitual dos moradores. De fato, o que se tem de efeitos em relação aos impactos diante das construções dessas ações, uma primordial é a de que levam ao desenvolvimento das regiões adiadas.

O artigo descreve sobre o processo da reconstrução de territórios vivenciado pelos reassentados da Usina Luís Eduardo Magalhães – Tocantins, e buscou identificar possíveis implicações e modificações ocorridas no cotidiano dos moradores, após a migração para outra região.

Compreende-se que a história local é uma das importantes premissas da atualidade tais como: economia, meio ambiente e principalmente à educação. Para realizar esta pesquisa, utilizou-se de estudo bibliográfico e documental, buscando o conhecimento da história dos reassentados desde o início da construção da Usina Eduardo Magalhães até a chegada ao reassentamento Mundo Novo, e conseqüentemente a construção da Escola Campo Verde.

Este artigo faz uma breve abordagem sobre a construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães, fazendo um breve histórico do Reassentamento Novo Mundo criado em função da construção para abrigar os moradores que residiam na região utilizada para a construção da usina. Fala do resgate cultural da comunidade e do desempenho escolar dos alunos estudantes da escola do reassentamento. Por fim faz uma abordagem das políticas públicas no contexto da educação do campo.

Conhecendo à edificação da Usina de Lajeado

A construção da obra iniciou-se em 1º de julho de 1998, e foi concluída em 2002. O lago formado pela usina possui 170 km de extensão e abrange uma área total de 630 km², e de profundidade média de 8 metros e banha seis municípios além de Palmas: Porto Nacional, Lajeado, Miracema, Tocantínia, Brejinho de Nazaré e Ipueiras.

Segundo Silva Junior (2004 p.65),

A construção dessas ações apresenta as seguintes ocorrências: com as notícias da implantação das usinas, expande comentários, boatos, falas otimistas e pessimistas. Ou seja, é uma fase designada por Silva Junior como a do início da desestruturação social. E, em decorrência, ocorre o aumento das tensões sociais, advindo daí a desestruturação econômica;

com a pressão antecipada sobre os recursos naturais, seguem-se a especulação imobiliária urbana e rural, bem como a retração do mercado de trabalho (SILVA JUNHO, 2014, p. 65).

De fato, posteriormente, entre as comunidades rurais e urbanas houve uma desestruturação social, tais como: mudança no padrão de comportamento da população rural e urbana, e conseqüentemente uma alteração do quadro demográfico e imobiliário na ocasião em que as pessoas foram removidas da área prestes a ser inundada. Com a Usina Hidrelétrica tudo isso inflacionou o mercado imobiliário nas proximidades das suas instalações, devido a grande procura houve uma majoração nos preços do setor imobiliário. Com tudo isso umas oito mil pessoas vieram morar na região somente em função da construção da hidrelétrica. Para isto foi revista à construção de escola, posto de saúde e do funcionamento de comércio no canteiro de obra.

Desta forma, surgiram, também, conseqüências vistas como negativo que foi uma grande desestruturação econômica da população realocada, a contração do mercado de trabalho e a provável marginalização social das pessoas que antes tinham suas atividades de sustento. Isto sem contar com os choques ambientais que foram causados por essas edificações de barragens em todo o mundo, principalmente no Tocantins.

Visto que o processo de decisão de conflito referente à inatividade de áreas alagadas, seja direta ou indiretamente é bastante complexo, as abordagens apresentam diferenças consideráveis entre si, no entanto, há um ponto em comum que é o fato de o empreendedor, seja ele público ou privado, considerar na divulgação do empreendimento o desenvolvimento econômico e social da região como resultado da obra (ZITZKE, 2007) (BATISTA 2009).

Tendo em vista o caráter obrigatório do deslocamento faz com que não se dê atenção devida às dificuldades da população atingida, colaborando para à ocultação dos problemas decorrentes (ZITZKE, 2007, p. 129).

A crítica já é exposta por atores como Asmal (2000), Silva Júnior (2004), Bartolomé (2001), Zitzke (2007), Carvalho (1996), de que o objetivo do deslocamento dessa população não é em seu próprio benefício, mas uma pré-condição para a realização da hidrelétrica, cujos principais benefícios destinam-se as pessoas residentes em outros lugares, não é mencionado claramente nos documentos técnicos produzidos pelos empreendedores, como também é o caso da Usina Hidrelétrica do Lajeado, no Estado do Tocantins.

Breve histórico do Reassentamento Novo Mundo

O Reassentamento Mundo Novo, situado a 23 km de Miracema do Tocantins, foi constituído de dezenove casas no seu respectivo lote que corresponde a quatro equitares de terra. É nesse espaço que cada família desenvolve sua agricultura familiar a qual, mesmo com as condições de trabalho precárias por não disponibilizar de maquinários para a lida, é realizado o plantio de mandioca para a produção de farinha, milho, abóbora; feijão e arroz, todos os produtos são para o consumo familiar e também para a alimentação de animais. São poucas as famílias que tem gado, o cultivo de horta é valorizado para a subsistência das famílias. Além disso, existe um pedaço de terra para o plantio comunitário, no tocante, as normas e Leis do Reassentamento tem o amparo de uma associação de moradores.

No que se refere aos meios de comunicação os moradores do Reassentamento são bem subsidiados, pois, eles têm acesso à tv, à antena parabólica, rádio, celular e internet, ou seja, estes elementos da cultura urbana estão presentes na vida dos reassentados, porém se deve atentar para a maneira como esta “cultura urbana” ganha destaque nas memórias das pessoas quando lembram como viviam antes do processo pelo qual passaram.

Referente ao saneamento básico, é precária na area da saúde, as famílias contam com

um agente comunitário e o Programa Saúde da Família Rural. Uma vez ao mês uma equipe vai ao reassentamento, realizar consultas em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Reminiscências da Escola Municipal Campo Verde

A Escola Municipal Campo Verde teve sua origem na Fazenda Campo Verde, região Ilha da Ema, a 20 km de distância de Miracema do Tocantins, onde residiam em média dezenove famílias, com aproximadamente cem pessoas residindo na referida fazenda. A comunidade cultivava as rezas, bem como, as festas religiosas e o trabalho se constituía da agricultura familiar. O lazer era o futebol de campo, as danças, banho de córrego nos finais de semana, também propiciava em especial aos domingos passeios na casa dos parentes e amigos.

Mediante a tudo isso, as crianças já com idade de frequentar a escola, e com acesso difícil justificou-se no ano de 1975, a instalação na Sede da Fazenda a Escola Municipal Campo Verde, com a estrutura física de pau a pique, o teto coberto por palha de babaçú com apenas uma sala de aula, não continha instalações hidráulicas e sanitárias.

Após oito anos de funcionamento em um dos mandatos do prefeito Boanerges Moreira de Paula, foi construída em alvenaria a nova sede da escola, ficando assim dividida: duas salas de aula, uma cantina, um alpendre o qual era utilizado para servir o lanche e os banheiros, todos coberto por telha, não tinha energia, mas as salas eram bem ventiladas e com boa clareza.

Quanto à estrutura pedagógica da escolar, tinha uma servidora que acumulava a função de direção, coordenação pedagógica e professora, contava também com uma professora que auxiliava no desenvolvimento das aulas e os serviços de secretaria escolar, eram de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC).

Na estrutura funcional e pedagógica, contava com uma professora e quinze alunos a qual oferecia o primário (1ª a 4ª série) período matutino com turma multisseriado, por falta de estrutura física e humana. É urgente discutir à educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil.

Neste sentido, os professores participavam de formação continuada organizada pela SEMEC, havia um Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura que tinha o objetivo de subsidiar a secretaria da escola no seu planejamento e monitoramento de suas ações. Paralelamente a isso, também analisava o desempenho dos profissionais e dos discentes (índices de aproveitamento), relações, processos, funcionamentos e principalmente os resultados. Ao término de cada bimester, a escola analisava os resultados do Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) que é o desempenho de cada turma e de cada aluno.

Com a instalação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHLEM), a fazenda fazia parte da área a ser atingida pelo lago. Iniciaram-se os preparativos de desocupação da referida fazenda, com várias palestras informativas e cursos inclusive em Horticultura. Após a conclusão da Usina Hidrelétrica do Lajeado a Investido indenizou as famílias, desapropriando-as de suas terras, em contra partida, as famílias foram transferidas para o Reassentamento Mundo Novo a 23 km de Miracema do Tocantins. Em janeiro de dois mil e um (2001), já no reassentamento Mundo Novo, as famílias receberam casa própria construída em alvenaria e coberta de telha com instalações hidráulicas e sanitárias, a Investido também, construiu a parte física da Escola Municipal Campo Verde.

É importante ressaltar que a educação contribui para o desenvolvimento da cultura e do crescimento de cada indivíduo como um todo, se percebendo como agente transformado do meio ao qual participa. Portanto, é de suma importância destacar a Educação do Campo, partindo do princípio de que a história faz parte de um significado inclusivo e busca desempenhar o acréscimo do desenvolvimento humano, dos grupos sócias, colocando em evidência o movimento contínuo da história da sociedade, das comunidades campesinas .

Atualmente, a Escola Campo Verde, está localizada a 76 km de Palmas, capital do Estado do Tocantins e fica na zona rural de Miracema – TO, no Reassentamento Mundo Novo. A mesma foi construída com a seguinte estrutura física: seis salas de aula, uma sala de professores, uma cantina, uma biblioteca, um depósito para armazenar os alimentos, um banheiro para

funcionários, um banheiro feminino, um banheiro masculino, um saguão para o uso de atividades realizadas na escola e uma horta escolar.

No quadro funcional de docência, contava com sete professores, uma gestora, um coordenador pedagógico de educação infantil e anos iniciais do do Ensino Fundamental, um secretário, duas auxiliares de serviços gerais, duas merendeiras, três vigilantes totalizando 17 servidores e dois motoristas da secretaria de transporte.

No ano de 2008, houve a necessidade de modificar a estrutura física de escola devido a uma nova rede de energia da Eletronorte (Linhão), a qual atingiu o lado esquerdo da escola, por esta situação se construiu do lado direito à nova estrutura para compensar o que foi demolido, acrescentando as salas de aulas de seis para oito, sendo uma dividida totalizando nove, nove salas de aula, uma sala da biblioteca.

Ressalta-se que com a construção do (Linhão Norte/Sul) a escola foi beneficiada com o muro, quadra de areia, parquinho, depósito, com isso, a horta escolar foi transferido para outro local. Possui prédio próprio numa área de 58244m², seu órgão mantedor é a Secretária Municipal de Educação (SEMED), vinculado a Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins.

Desempenho escolar dos alunos

Nos últimos anos, a escola vem propondo metas de melhoria dos resultados educacionais, como, reduzir índices de reprovação nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, elaborando e executando um plano de ação com o envolvendo de alunos, pais e comunidade nas atividades escolares. A escola realizou registros através de livro Ata, PES, boletins e diários de classe, fazendo acompanhamento e controle de frequência por meio de ficha FICAI, conselho tutelar e parceria com família.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), com vigência de 2001 a 2018, é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola, norteando todas as ações educativas realizadas. Através dele, a comunidade escolar têm desenvolvido um trabalho conjunto, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas por diferentes sujeitos, cumprindo as metas e os objetivos estabelecidos.

O principal ponto abordado no PPP da escola é o desenvolvimento de um plano pedagógico, sistematizado com ações administrativas, técnicas, político-sociais e didático-pedagógicas visando a melhoria da qualidade do processo ensino e aprendizagem. Contém informações sobre toda a estrutura organizacional e funcionamento da escola, nos aspectos pedagógicos, administrativos, normas de funcionamento, proposta curricular, fins, objetivos, missão, princípios norteadores sem deixar de contemplar a cultura regional e local.

Mesmo o aproveitamento escolar sendo avaliado e acompanhado continuamente de aluno por aluno e mediante os resultados por eles obtidos nas diferentes atividades desenvolvidas, levando em conta conteúdo e atividades diversificadas como demonstra os relatórios, é possível que falte política educacional que oriente e possa nortear a rede e a escolar, considerando que, de acordo aos resultados das avaliações externas dos últimos anos todo esses esforços ainda é insuficiente para alcançar a média do IDEB.

Políticas públicas no contexto da educação do campo

A educação no campo é uma situação que já envolveu muitas discussões nos diversos espaços da sociedade brasileira. “Mas houve várias pressões tanto da sociedade civil organizada quanto da comunidade internacional para a superação dos conflitos e para o atendimento do homem do campo” (GHEDIN, 2012, p. 96). Um dos traços fundamentais que representou a identidade desse povo foi o movimento “por uma educação do campo”, “luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a uma educação que seja no e do campo” (CALDART, 2002, p. 25). Esta modalidade tem se desenvolvido em muitos lugares através de programas, de práticas comunitárias e de experiências pontuais. Nosso pensamento não é contrário a estas iniciativas porque elas têm sido uma das marcas e representatividade de suas resistências.

Com esses movimentos no campo da educação, o País passa a ter pela primeira vez um

debate sobre a educação do campo e não mais para o campo. “Os movimentos sociais, particularmente o MST, passaram a discutir e a cobrar do governo (na época do FHC e depois com o governo Lula) políticas específicas para atender ao segmento do campo e a sua realidade” (GHEDIN, 2012, p. 101). Citamos como um marco a Conferência Mundial sobre a Educação, realizada na Tailândia, em 1990. Ela definiu a educação como uma necessidade básica de aprendizagem para o desenvolvimento humano. E pontuou o índice elevado de analfabetismo no mundo, em particular localizados no campo. Essas pessoas se encontram nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Como afirma Wanderley (1997, p. 100), no Brasil, a ausência de poder público no meio rural pode ser comprovada pela carência de bens e serviços nesses locais, tidos como distantes e atrasados, onde, “em consequência o rural está sempre referido à cidade como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente”. Para Júnior e Mourão (2012),

O agravante é que no caso do Amazonas a maioria dos municípios que abrigam as comunidades rurais encontram-se tão distantes que não chegam a ser nem periferias; é bom lembrar também que a maioria desses municípios não se encaixa nem no padrão de cidades (JÚNIOR; MOURÃO, 2012, p. 171).

Dessa forma, cidade e campo enfrentam inúmeras situações problemas como o desemprego, a precarização, informalização do trabalho e a carência de políticas públicas. Por isso, diversos autores estudiosos dessa área pressupõe-se que a educação oferecida nas escolas de assentamentos, não tenha garantido os direitos de aprendizagens do aluno nem oferecido uma educação respeitando a sua cultura.

Esse fato acaba contribuindo para a dificuldade de adaptação dos alunos ao ambiente escolar, assim como, do conhecimento exigido na instituição escolar urbana, ocasionando muitas vezes a reprovação e até mesmo a evasão escolar, intensificando-se ainda mais a marginalização da população do campo, assim como, da classe trabalhadora em geral.

De acordo com a Constituição de 1988,

O artigo 6º traz o documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz “São direitos sociais à educação, à saúde, o trabalho, o lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

“Superar a desvalorização do campo perante a cidade e a própria imagem dos jovens e adultos rurais como desinteressados pelo meio rural contribui para a visibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais” (CASTRO, 2005, p. 1).

No ano de 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com a finalidade de expandir o ensino de preservar a cultura do homem que vive no campo. O alto número de pessoas analfabetos na área rural foi destacado no VIII Congresso Brasileiro de Educação, avigorando assim a inquietação com a educação rural (LEITE, 1999). O que marca este período da história é uma gradativa transferência de poder de uma elite agrícola para as emergentes elites da indústria.

Segundo o autor, Leite (1999, p. 28),

Em seu estudo sobre a educação rural. “A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte

movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo”.

E, assim, surgiu o Ruralismo Pedagógico que objetivava fixar o homem ao campo, que teve sua duração até a década de 1930. A grande inquietação do período é com o movimento migratório e com a elevação da produção do campo, num momento em que a industrialização e a urbanização dão seus primeiros e reais passos.

Na década de 1950 foi criada a 12ª Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural, com preocupações voltadas à formação de técnicos responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de educação de base e programas de melhoria de vida, porém não discutia efetivamente a origem dos problemas vividos no campo (Vide a obra de LEITE, 1999).

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61) deixa a educação rural a cargo dos municípios. Na mesma década, Paulo Freire oferece contribuições significativas à educação popular, com os movimentos de alfabetização de adultos e com o desenvolvimento de uma concepção de educação dialógica, crítica e emancipatória valorizando a prática social dos sujeitos, portanto, uma proposta oposta à prática educativa bancária predominante na educação brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96,

[...] há o reconhecimento da diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender esta realidade adequando as suas peculiaridades, como os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. Com a Lei 5692/71 não houve avanços para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2º grau (atual Ensino Médio) para as escolas rurais. Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação destaca-se como um direito de todos. (BRASIL, 1996).

No que se refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão, em particular no que se refere aos critérios para nucleação de escolas e do atendimento pelo transporte escolar e com a preocupação da ampliação do atendimento da educação básica o mais próximo possível a comunidade de moradia do estudante, com qualidade e respeito às características de seu meio (BRASIL, 2002, p. 5).

De acordo a Lei nº 5692, que fixam diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e da outras providências, mais uma vez, não se observa a inclusão da população na condição de protagonista de um projeto social global. Propõe, ao tratar da formação dos profissionais da educação, o ajustamento as diferentes culturas. Também prevê a adequação do período de férias época de plantio e colheita de safras e, quando comparado ao texto da Lei 4024/61, a 5692 reafirma o que foi disposto em relação à educação profissional.

De fato, o trabalho do campo realizado pelos alunos conta uma cumplicidade da Lei, que se constitui a referência para organizar, inclusive, os calendários. Diferentemente dos tempos atuais, em que o direito a educação escolar prevalece, e cabe ao poder público estabelecer

programas de erradicação das atividades impeditivas de acesso e permanência dos alunos no ensino obrigatório (BRASIL, 2002, p. 25).

Considerações Finais

Diante das discussões percebe-se que os impactos sociais na localidade dos empreendimentos são significativos, mas devido à necessidade de expansão da geração em poucos anos e também ao aumento da demanda, a seriedade desses impactos foi deixada para segundo plano.

O Linhão Norte-Sul, é um dos maiores e mais modernos sistemas de fornecimento de energia elétrica do mundo, e está em operação desde o dia 1º de março de 1999. Têm 1.276 km de extensão, saindo da subestação de Samambaia em Brasília - DF até Imperatriz - MA. Esse empreendimento permite o gerenciamento racional do excedente de energia elétrica gerada nas várias Usinas Hidrelétricas do Brasil e dos picos de demanda do país.

No entanto, isto significa que, se houver risco de faltar energia no centro-sul será possível transportar para lá os excedentes de energia da região Norte-Nordeste e vice-versa. Cada torre tem 30 metros de altura, e a distância média entre elas é de 400 metros na tensão 500 k, com capacidade de transmissão de 1.100 MW. A Eletrobrás Eletronorte opera o trecho de Imperatriz (MA) até Miracema (TO), numa extensão de 517 quilômetros e 1.232 torres.

Embora a escola tenha funcionado no período de (2001 – 2018) e ainda esteja estruturalmente em boas condições, com a construção do linhão que coincidentemente atingiu a região onde se localiza a escolar, houve a necessidade do fechamento da mesma. Todavia, os alunos estão sendo deslocados para a cidade, atendidos pelo transporte escolar do município e do Estado.

Desta forma, o contexto da realidade dos reassentados, apresenta diversidades impostas pelo mundo globalizado, principalmente, quando se trata de um assunto tão complexo e relevante como as questões sociais, culturais e ambientais.

Referências

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Corde, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do campo: marcos normativos**/Secretaria de Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

_____, Ministério da educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Caderno Pedagógico do Projovem Campo- Saberes da Terra / Brasil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. – Brasília: MEC/SECAD, 2008. V, 3 : il. – (Caderno Pedagógico Educadores e Educadoras).

BATISTA, E. A. D. **A recomposição do modo de vida nos reassentamentos rurais do setor elétrico: estudo comparativo entre Flor da Serra e São Francisco de Assis 215** (Estado do Tocantins). 2009. 231 p. Dissertação (Mestrado) - PPG em Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Garamond, 2002. 177 p.

EDIGAR, Jorge Kollins, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, osfs Roseli Salet. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas** (organizadores). Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

GUEDIN, Evandro. **Educação do Campo: epistemologia e prática**. / 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

CARDOSO, I. C. da C. **Trabalho e cidade em tempos de “exceção”: políticas de trabalho ou gestão da pobreza?** In: GOMES, M. DF. C. M.; BARBOSA, M. J. S. (Org.). Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARX, K. **Trabalho alienado e superação positiva da auto alienação humana** (Manuscritos Econômicos e Filosóficos, 1844). In: FERNANDES, F. (Org.). Marx e Engels. História. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. d. L. **Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras**. Interações, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 11, 2009.

NATURESERVE. **Sistema de suporte para tomada de decisões de planejamento de uso de terra e administração de recursos naturais**. Arlington: NatureServe 2006. SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

INVESTCO. UHE Lajeado - **Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães –TO**, 2001.

PPP- **Projeto Político Pedagógico**: EMTI Campo Verde-2018.

PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. **Instituições, territórios e Desenvolvimento Local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos**. Geografia, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 18, 2006.

ROBINSON, D. **Building social capital**. Wellington - Nova Zelândia: Institute of Policy Studies, Victoria University of Wellington, 2002. 85 p.

SILVA JÚNIOR, José Maria. **Reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - Tocantins**, p.65. 2004.

SANTOS, M. **Workshop de debate sobre o desempenho do DLIS no Estado do Tocantins**. Palmas, Tocantins: Sebrae 2002.

TORRE, A. **Desenvolvimento Local e relações de proximidades: conceitos e questões**. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 4, n. 7, p. 27-39, 2003.

VEIGA, J. E. d. **A face territorial do desenvolvimento Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

ZITZKE, V. A. **A rede sócio técnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. 316 p. (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas UFSC, Florianópolis.